

Rede de ensino decide suspender paralisação

ESTADO DE SÃO PAULO

Os funcionários da rede estadual de ensino decidiram ontem suspender a greve da categoria, paralisada há 22 dias. A decisão foi tomada por volta das 15 horas em assembléia no vão do Masp. A manifestação reuniu cerca de 3 mil pessoas. Com isso, foi mantida a proposta feita na semana passada pelo governo paulista, com reajuste ainda não fixado para abril — pode variar entre 29,1% e 38,8% — e de 26,7% para maio. À tarde, os professores estaduais, reunidos na Praça da República, também decidiram não entrar em greve.

De acordo com o vice-presidente do Sindicato dos Funcionários da Educação no Estado de São Paulo (Sindifuse), Benedito Testa, a paralisação foi interrompida pela dificuldade de sustentação do movimento. A adesão, que segundo a entidade atingiu 90%, caiu ontem para cerca de 35%. "Mesmo assim, essa foi a maior greve de toda a nossa história", disse Testa.

Aposentados — A categoria decidiu ainda realizar um ato em frente da Assembléia Legislativa na quinta-feira, para que o percentual de reajuste seja estendido aos aposentados. Na agenda, constam reuniões dos representantes de escolas e nova assembléia no dia 25 de junho.

A Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) anunciou no início da noite de ontem que, apesar de elimina-

da no momento a hipótese de greve, o sindicato não concorda com o percentual de reajuste definido pelo governo. A Apeoesp reivindicava piso salarial com base no salário mínimo do Dieese — Cr\$ 14,8 milhões em abril. Mas com a elevação de 27,89%, estabelecida pelo governo, o piso em maio será de Cr\$ 4,4 milhões e Cr\$ 6,2 milhões em junho.

A Apeoesp anunciou ainda que centrará esforços na campanha "Educação no Centro das Atenções", que envolve entidades da sociedade civil como Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O objetivo seria o de mostrar o "caos" do setor por meio da promoção. Outras iniciativas apontam para pressão dos deputados estaduais para que a Lei de Diretrizes Orçamentárias destine 30% da arrecadação com o Imposto Sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) para o setor, contra os 23% da legislação atual.

Projeto — O Senado aprovou ontem projeto que acaba com o ensino obrigatório das disciplinas de moral e cívica, organização social e política do Brasil (OSPB) e estudo dos problemas brasileiros (EPB). Segundo o deputado Raul Pont (PT-RS), essas disciplinas foram impostas ao currículo escolar pela junta militar em 1969, não sendo possível mantê-las até hoje em vigor.